



A CARTA DE BATATAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Ruth Cidade

Ciro Winckler

A **Carta de Batatais**, elaborada em dezembro de 1986 a partir de um Encontro de Professores de Educação Física, representa um marco na história da **Atividade Física Adaptada (AFA)** no Brasil. Este documento surge como resposta a uma necessidade crescente de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente esportivo e educacional, rompendo com o paradigma excludente que até então predominava. A carta serviu como um ponto de inflexão, ao propor a transformação curricular das Instituições de Ensino Superior (IES) e ao reforçar a importância de preparar profissionais capacitados para lidar com as diversidades impostas no mercado de trabalho.

O contexto que levou à formulação da Carta de Batatais foi marcado por uma realidade em que a Educação Física se estruturava majoritariamente em torno de um ideal de aptidão física focado no alto desempenho e na formação de atletas com corpos considerados saudáveis e aptos para a prática desportiva tradicional. Num aspecto mais amplo o Brasil vivia o início de sua abertura, depois de anos de Ditadura Militar e internacionalmente vivíamos a Década da Pessoa com Deficiência (1983 – 1992) através da Resolução da ONU 37/53, de 3/12/1982 que visava mudar a cultura e a legislação acerca dos direitos das pessoas com deficiência (AIPD, 211). Nesse cenário, as pessoas com deficiência eram amplamente negligenciadas, e o esporte e a educação física raramente ofereciam espaços para a inclusão de suas capacidades e necessidades. A Carta de Batatais, nesse sentido, foi um manifesto para transformar essa realidade e promover uma educação física mais inclusiva, que reconhecesse e valorizasse as diferenças.

O documento teve como principal objetivo a **consolidação da Atividade Física para pessoas com deficiência** como uma área essencial nos currículos de Educação Física das IES. Entre seus encaminhamentos, destacou-se a urgência de desenvolver disciplinas e práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas de pessoas com deficiência. Isso incluiu não apenas a capacitação dos futuros professores e os que já estavam atuando em escolas e em outros contextos para atuar com essas populações, mas também a promoção de

uma cultura de inclusão e acessibilidade no ambiente esportivo e educacional. Além disso, a carta abordou a importância de **formar professores capacitados** para lidar com as diversas demandas das pessoas com deficiência, assegurando que as práticas educacionais fossem acessíveis e promovessem a inclusão social. A ideia central era que a Educação Física deixasse de ser um campo restrito à performance e ao rendimento, para se tornar uma prática inclusiva e acessível a todos em toda sua abrangência.

Após a sua publicação, a Carta de Batatais motivou uma série de reformas curriculares nas IES, impulsionadas pelo Parecer 3/87 do Ministério da Educação, que reforçou a obrigatoriedade da inclusão da AFA nos cursos de licenciatura e bacharelado. Isso resultou na criação de disciplinas específicas e na ampliação de cursos voltados para a formação de profissionais aptos a trabalhar com pessoas com deficiência. O documento também promoveu a ideia de que a AFA deveria ser abordada de forma interdisciplinar, interagindo com outras áreas do conhecimento, como a psicologia, a fisioterapia e a pedagogia.

Desdobramentos

A expansão das disciplinas de Educação Física Adaptada também incentivou o **desdobramento de novos conteúdos** voltados para o esporte adaptado, as atividades motoras inclusivas e a prática de atividades físicas em diferentes contextos sociais. Essa expansão foi crucial para a descentralização do conhecimento e para a disseminação de práticas pedagógicas inclusivas.

O impacto da Carta de Batatais não se restringiu ao seu ano de publicação. Em encontros posteriores, como os **Encontros de Professores de Educação Física Adaptada**, realizado em 1992 e em 2001, a Carta continuou a ser um ponto de referência para a avaliação dos avanços na área. Nesses eventos, discutiu-se a necessidade de novas estratégias para a expansão da Educação Física Adaptada (EFA), incluindo a criação de redes de informação entre os docentes, o fortalecimento da formação profissional e a institucionalização de grupos de trabalho para estudar a situação da EFA no Brasil. O **IV Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada**, realizado São Paulo em dezembro de 1992, apresentou um conjunto abrangente de reflexões e recomendações nas áreas de **extensão, ensino e pesquisa** em Educação Física Adaptada. Essas discussões refletem o contexto da época, no qual havia uma



crescente conscientização sobre a importância de se estabelecer práticas acadêmicas mais sólidas para promover a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente educacional e esportivo. Nele destacou-se a necessidade de consolidar a **Educação Física Adaptada** como uma área de conhecimento bem estruturada dentro das Instituições de Ensino Superior, com práticas de ensino, extensão e pesquisa interligadas. As recomendações sugeridas buscavam criar um ambiente acadêmico que valorizasse a inclusão e a adaptação, formando profissionais aptos a atuar com as populações com deficiência e promovendo uma maior interação entre academia e sociedade.

O Encontro de 2001, realizado em Curitiba durante o **IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada**, é outro marco importante que refletiu sobre os progressos gerados pela Carta de Batatais. Durante o Congresso, foram apresentados dados que indicavam a evolução do campo da EFA, com um expressivo aumento no número de serviços de atendimento a pessoas com deficiência nas IES, embora nem sempre esses serviços estivessem atrelados à pesquisa e extensão. Essa lacuna apontou para a necessidade de fortalecer a interseção entre prática e produção de conhecimento acadêmico.

Embora a Carta de Batatais tenha impulsionado avanços significativos na Atividade Física Adaptada, desafios permanecem, especialmente em termos de garantir a plena integração entre **ensino, pesquisa e extensão**. Ainda há um longo caminho para consolidar uma cultura de inclusão em todas as IES e para expandir o conhecimento da AFA para além das disciplinas isoladas, integrando-o de forma mais orgânica aos currículos de Educação Física.

Além disso, os debates futuros devem continuar focados na criação de **metodologias inovadoras** que garantam o acesso de todos à prática paradesportiva e na formação continuada de professores, que precisam estar preparados para lidar com as diversidades do contexto escolar e comunitário.

A **Carta de Batatais** é um marco incontestável no desenvolvimento da Atividade Física Adaptada no Brasil. Seus impactos no campo acadêmico e na prática pedagógica são visíveis nos currículos das IES e na promoção de práticas mais inclusivas nas atividades físicas e paradesportivas. No entanto, seu legado também aponta para a necessidade de uma reflexão



continua e de novos esforços para garantir que a Atividade Física Adaptada se torne cada vez mais acessível e integrada aos diferentes contextos educacionais.

Referências

HUTZLER, Yeshayahu; SHERRILL, Claudine. Defining adapted physical activity: International perspectives. **Adapted Physical Activity Quarterly**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 1–20, 2007.

AIPD. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Memorial da Inclusão. 30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. 412 p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA. *Temas em educação física adaptada*. Curitiba: SOBAMA, 2001. 101 p. Temas apresentados no IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, 30 de outubro a 03 de novembro de 2001.

Nota: Utilizamos o termo atividade física adaptada como apresentado por Hutzler e Sherrill (2007). E o termo de educação física adaptada no contexto dos Encontros de Professores de IES de 1992 e 2001 era utilizado para designar a área.

Acesso a carta de Batatais

